



Observação em Psicologia Clínica

Vinícius Renato Thomé Ferreira¹

Denise Nunes Mousquer²

Resumo

A observação é uma importante técnica de coleta de dados utilizada tanto nas ciências naturais quanto sociais. Realizou-se um trabalho teórico a partir da literatura sobre esta técnica, objetivando construir algumas considerações acerca da observação. São discutidas suas vantagens e limitações, suas classificações a partir da estrutura, local, ação do observador e número de participantes, bem como as possibilidades de análise pelas abordagens qualitativa e quantitativa. Por fim, é feita uma discussão acerca da observação em psicologia clínica, relacionando alguns trabalhos nesta área que utilizam a técnica descrita, especialmente na psicologia do desenvolvimento.

Palavras-chave: observação, psicologia clínica, pesquisa, metodologia.

Observation in Clinical Psychology

Abstract

Observation is an important method for data obtaining, used both in natural as social sciences. This work aimed, starting from literature about observation, discuss this technique. Are discussed its vantagens and limitations, being classified since its structure, setting, observer actions and participants number, as well as analysis possibilities through quali and quantitative approaches. Finally, we discuss observation in clinical psychology, linking some works in this area with the technique described, especially in developmental psychology.

Keywords: observation, clinical psychology, research, methodology.

A observação é um instrumento largamente utilizado nas ciências para a obtenção de informações que serão posteriormente analisadas pelos mais diversos métodos (Campos, 2001; Gil, 1999; Alves-Mazzotti e Gewansznajder, 2002). Defendida por Galileu como um dos elementos que proporcionariam um conhecimento fidedigno do mundo, posteriormente também passou a ser utilizada pelas ciências humanas e sociais, de forma que é um instrumento altamente reconhecido na psicologia.

Antes dele, Pitágoras, Hipócrates, Platão e Aristóteles indicavam que era possível identificar no homem uma relação entre o comportamento manifesto e características da personalidade a partir da avaliação de comportamentos observáveis (Nietzel, Berstein e Milich, 1998). Em sua relação com outros instrumentos de avaliação na clínica, tais como testagem e entrevista, a observação representa, portanto, uma importante forma de obtenção de dados.

¹ Psicólogo. Mestre em Psicologia Clínica pela PUCRS. Doutorando em Psicologia. Professor do curso de psicologia da UnC-Concórdia. E-mail: vinicius@uncnet.br, viniferreirat@hotmail.com

² Psicóloga. Mestre em Psicologia Clínica pela PUCRS. E-mail: demousquer@via-rs.net

Richardson (1999), Lakatos e Marconi (2002) e Gil (1999) consideram a observação como a base de toda investigação no campo social, e pode ser utilizada em qualquer nível de complexidade da investigação científica. De acordo com Selltiz, Wrigstman e Cook (1987), o que diferencia a simples observação, fenômeno cotidiano, daquela com uma finalidade científica é que esta última possui uma finalidade conhecida de antemão e atentamente buscada. Enquanto método de coleta de informações, a observação é versátil, e pode ser utilizada isolada e independentemente ou ser conjugada a outras técnicas de coleta de dados (Gil, 1999). Selltiz (apud Lakatos e Marconi, 2002, p. 88) refere que a observação possui uma finalidade científica quando está vinculada a um plano de pesquisa, possui um planejamento sistemático, método nos registros e se relaciona com proposições mais gerais, ou seja, não se caracteriza como um conjunto isolado de fenômenos, e se sujeita às verificações e controles da pesquisa (validade). Weick (apud Nietzel, Berstein e Milich, 1998) define o método observacional como um processo de seleção, provocação, registro e codificação de comportamentos. Entende-se por seleção a escolha dos problemas, classes de comportamentos, eventos, situações, períodos de tempo de acordo com o foco de atenção. A provocação pressupõe a decisão, se os comportamentos observados serão artificialmente induzidos ou observados em sua ocorrência espontânea. Tais comportamentos deverão ser registrados utilizando-se da memória do observador, seus escritos, recursos audiovisuais, cronômetro e outros instrumentos. Por fim, os dados coletados serão sistematizados mediante um sistema de codificação, que consiste na etapa mais complexa do procedimento de observação.

A observação não está restrita ao sentido da visão (Lakatos e Marconi, 2002; Gil, 1999), mas igualmente serve-se dos demais sentidos para a obtenção dos dados da pesquisa. Como método, permitiria um “retrato” fiel do que observa, através, especialmente, dos instrumentos de coleta de imagens e sons, como as filmagens e fotos. Entretanto, este aspecto está altamente vinculado à teoria utilizada para a observação do fenômeno; Gil (1999) e Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) referem que, idealmente, ela permitiria a percepção direta do fenômeno observado, sem intermediação, objetivando-se minimizar a subjetividade, enquanto

Korbivcher e Fontes (1992) referem que a observação do fenômeno desperta sentimentos no observador, que não podem ser ignorados. Nas formulações de Nietzel, Berstein e Milich (1998), os clínicos que utilizam sistematicamente o método de observação encontram dificuldades em eliminar a inferência clínica, reconhecendo que, em certa medida, sua presença é justificável. A própria decisão sobre qual fato deverá ser observado em detrimento de outros implica em um considerável grau de inferência e julgamento. Nietzel, Berstein e Milich (1998) consideram que, embora o método de observação consiga superar alguns problemas de inferência, aspectos como confiabilidade e validade dos dados obtidos dependerão do cuidado no treinamento e constante monitoramento dos observadores, bem como de uma precisa definição dos objetivos envolvidos no processo. É necessário, nessa controvérsia, diferenciar a observação como método de coleta de dados, a parte interpretativa e a teoria que serve de pano de fundo para a posterior análise. Enquanto que a coleta é objetiva, utilizando-se muitas vezes de meios eletrônicos como o vídeo, a parte de análise observacional é passível de controvérsias: enquanto uns defendem que ela deve ser cuidadosa, no sentido de evitar, ao máximo, as interpretações pessoais e subjetivas, há os que, tal como Korbivcher e Fontes (1992) aliam a descrição da cena com os sentimentos do observador antes, durante e depois da coleta de informações. A partir daí, tendo por base o referencial psicanalítico, as autoras consideram que é impossível dissociar os sentimentos e percepções do observador daquilo que é observado.

É especialmente útil o uso da observação quando se procura identificar e obter evidências a respeito daquilo do investigado quando os indivíduos não possuem consciência de elementos que, de alguma forma orientam seu comportamento (Lakatos e Marconi, 2002). Piccinini e colaboradores (2001) referem que a observação tem sido um instrumento largamente utilizado na investigação da interação pais-bebê/criança, de forma especial a teoria do apego, tanto utilizando uma estrutura pré-estabelecida de análise, com protocolos e análise estatística, e as interações ocorrendo em

laboratório ou no ambiente natural, quanto mais livre, ocorrendo no setting natural dos comportamentos. Estas interações abrangem comportamentos diversos, tais como os toques, interações verbais e não-verbais, proximidade/distância, interação social e utilizam outros instrumentos, tais como questionários e inventários. Os dados da observação também podem ser compreendidos por outros enfoques, que não o da ecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1996) ou da teoria do apego de Bowlby (1989), sendo uma ferramenta bastante versátil de coleta de informações.

Os dados levantados podem ser analisados qualitativamente ou quantitativamente; o que depende do enfoque dado à forma de tratamento dos dados da observação. (Alves-Mazzotti e Gewandsnajder, 2002; Richardson, 1999).

Pode-se, brevemente, enumerar as principais vantagens e limitações da observação da seguinte forma (Lakatos e Marconi, 2002; Richardson, 1999; Gil, 1999; Alves-Mazzotti e Gewandsnajder, 2002; Rotter, 1967; Nietzel, Bernstein e Milich, 1998):

Tabela 1. Vantagens e limitações da observação.

Vantagens	Limitações
<ul style="list-style-type: none"> - Possibilita meios diretos e satisfatórios para se estudar uma ampla variedade de fenômenos, tais como comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar temas que os participantes não se sentem à vontade para responder; - Exige menos do observado do que outras técnicas; - Permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas, e que dificilmente poderiam ser estudados de outra forma; - Permite checar as respostas verbais dadas ao entrevistador (quando for o caso), confrontando estas com as constatadas pela observação; - Dependia menos da introspecção ou da reflexão na coleta de dados - Permite a evidência de dados que não constam no roteiro da entrevista ou de questionários; - Obtêm a informação no momento e no espaço onde ocorre; - Não depende do grau de instrução do observado; 	<ul style="list-style-type: none"> - O observado tende a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no observador; - A presença do observador pode alterar o comportamento / situação observada; - Abrange somente os limites temporais registrados; - A ocorrência espontânea não pode ser prevista, o que impede, geralmente, o observador de presenciar o fato. - Há grande risco de interferência de fatores imprevistos sobre o observador; - A duração dos acontecimentos varia, e muitos fatos podem ocorrer simultaneamente, o que torna difícil a coleta das informações; - Existem aspectos da vida cotidiana que podem não ser acessíveis ao observador; - Exige muitas horas de análise e transcrição das informações, tornando-se onerosa; - Pode despertar interpretações subjetivas na análise das informações (ver discussão

-
- Apresenta elevada validade ecológica, auxiliando na definição de programas de tratamento mais eficazes.
-

no início do texto).

Características das modalidades de observação

As definições dos autores consultados (Lakatos e Marconi, 2002; Gil, 1999; Richardson, 1999; Selltiz, Wrigtsman e Cook, 1999; Alves-Mazzotti e Gewandsnajer, 2002; Becker, 1994; Rotter,

1967; Nietzel, Bernstein e Milich, 1998) quanto às modalidades da observação podem ser sintetizadas da seguinte forma:

Tabela 2. Classificação das modalidades da observação

Quanto à estruturação da observação	Quanto ao local da observação	Quanto à ação do observador no fenômeno	Quanto ao número de observadores
Sistemática	Vida real, campo ou naturalística	Não participante	Individual
Assistemática	Laboratório	Participante	Em equipe

1. Quanto à estruturação da observação:

Observação sistemática: também é chamada de estruturada, planejada ou controlada. Visa instrumentos controlados para a coleta de dados. Ela é realizada em condições controladas, e sua principal característica é o planejamento e a sistematização. Aqui, o observador já sabe de antemão o que deseja observar, e deve ser objetivo, procurando reconhecer e eliminar quaisquer erros que ocorram sobre o que está sendo estudado. São construídas categorias *a priori* para os comportamentos que serão observados, e anotados numa planilha ou outra forma objetiva de registro (Richardson, 1999; Selltiz, Wrigtsman e Cook, 1999; Alves-Mazzotti e Gewandsnajer, 2002; Gil, 1999).

Observação assistemática: objetiva recolher e registrar os dados da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou necessite fazer perguntas diretas (Lakatos e Marconi, 2002; Gil, 1999). É bastante utilizada em estudos exploratórios e

não possuem um planejamento e controles prévios. Rudio (apud Lakatos e Marconi, 2002, p. 89) afirma que o que caracteriza a observação é o fato de o conhecimento ser obtido através de uma experiência casual, sem que se saiba de antemão o que será observado. Lakatos e Marconi (2002) e Richardson (1999) afirmam que o êxito nesta técnica vai depender do observador, de ele estar atento aos fenômenos que ocorrem no mundo que o cerca, perspicácia, discernimento, preparo e treino, além de uma atitude de prontidão.

2. Quanto ao local da observação:

Observação na vida real, campo ou naturalística: registradas no ambiente real, e os acontecimentos são registrados à medida que ocorrem (Lakatos e Marconi, 2002; Campos, 2001). Uma vantagem deste método é que ele reduziria os vieses pré-concebidos do fenômeno, e oportunizaria a verificação de comportamentos novos ou não reconhecidos previamente. Selltiz, Wrigtsman e Cook (1987) definem esta

modalidade de investigação como naturalística, tendo em vista que objetiva analisar o comportamento humano em seu ambiente natural, com a finalidade de generalização para além do contexto imediato da observação. Neste contexto, é necessário considerar a adequação ou representabilidade da amostra observada, ou seja, pensar se o momento no qual o sujeito está sendo observado constitui-se em um momento típico que representa as condições habituais no qual este sujeito é confrontado em sua vida (Rotter, 1967).

Observação em laboratório: visa a descoberta das ações e condutas numa situação estruturada e controlada. Embora este tipo de observação esteja vinculado a um ambiente artificialmente criado pelo observador, e certos fenômenos sejam, portanto, distorcidos devido a esta artificialidade, possibilita um fácil acesso aos recursos instrumentais disponíveis que em outras situações não seria possível (Lakatos e Marconi, 2002; Campos, 2001).

3. Quanto à ação do observador no fenômeno observado:

Observação não participante: quando o observador permanece de fora do fenômeno, não participando dele; ele executa um papel de espectador. É muito utilizada quando se deseja fazer uma observação naturalística, tendo em vista que não se objetiva que o observador interfira no fenômeno investigado (Lakatos e Marconi, 2002; Selltiz, Wrigtsman e Cook, 1987, Richardson, 1999).

Observação participante: o pesquisador, na observação, participa ativamente com o fenômeno observado, que pode ser uma comunidade ou grupo. Assim, observador e observado ficariam no mesmo nível, vivenciando as mesmas situações que o observado. Uma dos objetivos deste tipo de observação é a de ganhar a confiança de quem se observa. Nas desvantagens, consta a possibilidade do risco da perda da objetividade, tendo em vista sua relação com o grupo (Lakatos e Marconi, 2002; Gil, 1999; Becker, 1994). Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2002) referem que as características de um observador participante são semelhantes à do bom entrevistador, qual seja, uma boa capacidade de escuta e empatia, ter uma boa capacidade de adaptação a situações inesperadas, estar familiarizado com a situação estudada e possuir a habilidade para

formular várias perguntas (Muller e Huberman, 1984; Sanday, 1984, Yin, 1985 apud Alves-Mazzotti e Gewandszajder, 2002, p. 167; Selltiz, Wrigtsman e Cook, 1987; Richardson, 1999).

4. Quanto ao número de observadores:

Observação individual: realizada somente por um pesquisador. A vantagem é a praticidade desta modalidade de observação, e dentre as desvantagens está a possibilidade de distorção do observado sem a possibilidade de confrontação com outros observadores (Lakatos e Marconi, 2002).

Observação em equipe: a grande vantagem da observação em equipe é a possibilidade de confrontação dos dados obtidos pelos diversos observadores. Ainda, todos podem observar os mesmos aspectos do fenômeno ou, então, observar diferentes aspectos do observado. Outra vantagem é a possibilidade de que vários observadores preencham diferentes instrumentos. A desvantagem é o investimento na formação e ter disponibilidade de vários observadores (Lakatos e Marconi, 2002).

A observação na psicologia clínica

A observação é um instrumento largamente utilizado no estudo das interações (ver, por exemplo, Moura e Ribas, 2000 e Lyra, 2000). Comentaremos brevemente alguns estudos realizados utilizando a observação, em seus diversos formatos de coleta de dados e possibilidades de análises, no sentido de ilustrar alguns de seus usos na clínica.

Lordelo e Carvalho (1998) investigaram as interações sociais entre crianças e crianças-adultos no ambiente de creche, em especial as parcerias formadas durante estas interações. Foram gravadas em vídeo três sessões de 10 minutos com as crianças, e para a análise foram utilizados 20 intervalos de 10 segundos destas sessões, classificadas de acordo com o tipo de relação (se orientação ou se interação) e com quem se faz (se

outra criança, com o adulto ou com ambos), e submetidos a uma análise estatística. Os resultados sugerem que, apesar das mudanças culturais constantes, existem necessidades comportamentais que são sustentadas por bases orgânicas, tais como a necessidade de apego de um adulto, que são relativamente independentes dos aspectos culturais.

Carvalho (1998) estudou o comportamento infantil a partir de diferentes arranjos espaciais (ambiente aberto e com obstáculos) e sua influência sobre a educadora, a ocupação do espaço e as atividades socializadoras com outras crianças. Foi utilizada a observação através de fotografias colhidas em intervalos de 30 segundos, e as imagens analisadas através de um protocolo de interação (sistemizada) e submetido à análise estatística. Encontrou que existe uma busca do cuidador adulto em ambientes abertos, com menos obstáculos, sugestivo de busca de segurança, e um número maior de interações entre as crianças nos ambientes fechados e protegidos.

Pantoja e Nelson-Goens (1998) estudaram a interação mãe-bebê e analisaram-na nos primeiros meses de vida, gravando no contexto de laboratório. Foram codificadas e analisadas as expressões faciais de ambos pelo sistema de Ekman e Friesen, e foi percebido que pequenas mudanças na relação da díade, identificadas pelas expressões faciais, tornam-se mais complexas com o passar do tempo, aumentando o repertório de ações e manifestações de sentimentos entre eles.

Utilizando a proposta de Prat, que refere que a descrição do objeto/interação deve ser seguida do relato dos sentimentos despertados no observador, as autoras realizaram observações de díades mãe-bebê, baseando-se em postulados oriundos da psicanálise,

anotando os afetos e associações despertados diante destes eventos. A partir destes dados analisados através da teoria psicanalítica, consideraram que houve, no observador, a repetição dos afetos nos mesmos níveis dos eventos observados, sendo impossível dissociar o fenômeno observado de quem observa (Korbivcher e Fontes, 1992).

Considerações finais

A observação é um método muito utilizado na psicologia, especialmente no estudo das interações. Na psicologia clínica, uma grande contribuição da observação é a possibilidade de fornecer elementos que sejam também indicativos de psicopatologia (posturas, comportamentos estereotipados, etc), bem como fornecer elementos normativos de comportamentos, especialmente na psicoterapia infantil, ao confrontar os comportamentos manifestos da criança com o esperado para a respectiva fase evolutiva.

Os estudos que utilizam a observação em psicologia clínica referem-se, em larga medida, aos aspectos desenvolvimentais, identificando os elementos esperados para determinada faixa etária e aqueles que divergem destes. Entretanto, cabe assinalar que há escassos estudos, a partir das principais bases de dados, que utilizam a observação como instrumento de coleta de informações acerca do processo psicoterapêutico propriamente dito. Pensamos que esta seja uma área pouco explorada ainda, e que a observação das interações entre profissional e cliente seja uma importante fonte de informações para a psicologia clínica.

Referências Bibliográficas

Alves-Mazzotti, Alda J. & Gewandsnajder, Fernando (2002). O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. O Método nas Ciências Naturais e Sociais. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002. Cap. 7, p. 147-178.

Becker, Howard S. (1994). Problemas de inferência e prova na observação participante. In: _____. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 2 ed. São Paulo: Hucitec. Cap. 2, p. 47-64.

Bowlby, J. (1989). Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Campos, Luiz F. de L. (2001). Etapas do trabalho científico. In: _____. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia. 2 ed. Campinas: Alínea. Cap. VI, p. 103-120.
- Carvalho, Mara I. C. de. (1998). Comportamentos de crianças pequenas em creches e arranjo espacial. In: Temas em Psicologia, v. 6, nº 2, p. 125-133.
- Gil, Antônio C. (1999). Observação. In: _____. Métodos e Técnicas em Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas. Cap. 10, p. 110-116.
- Korbivcher, Célia F. & Fontes, Maria H. de S. (1992). A observação de bebês e sua relação com estados mentais primitivos. Jornal de psicanálise, n 25, v. 48, p. 111-127, abril.
- Lakatos, Eva M. & Marconi, Marina de A. (2002). Técnicas de pesquisa. In: _____. Técnicas de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas. Cap. 3, p. 87-92.
- Lyra, Maria C. D. P. (2000). Desenvolvimento de um sistema de relações historicamente construído: contribuições da comunicação no início da vida. Psicologia: Reflexão e Crítica, n 13, v 2, p. 257-268.
- Lordelo, Eulina da R. & Carvalho, Ana M. A. (1998). Creche como contexto de desenvolvimento: parcerias adulto-criança e criança-criança. Temas em Psicologia, v. 6, nº 2, p. 117-124.
- Moura, Maria L. S. de & Ribas, Adriana F. P. (2000). Desenvolvimento e contexto sociocultural: a gênese da atividade mediada nas interações iniciais mãe-bebê. Psicologia: Reflexão e Crítica, n 13, v 2, p. 245-256.
- Nietzel, Bernstein & Milich (1998). Introduction to Clinical Psychology, 5th ed., New York: Prentice Hall. Cap 6, p. 199-231.
- Pantoja, Andréa P. F. & Nelson-Goens, G. C. (2000). Desenvolvimento da vida emocional durante o segundo ano de vida: narrativas e sistemas dinâmicos. Psicologia: Reflexão e Crítica, n 13, v 2, p. 269-280.
- Piccinini, Cesar A. Moura, Maria L. S. Ribas, Adriana F. P. Bosa, Cleonice A. Oliveira, Ebenezer A. de Pinto, Elizabeth B. Scherman, Lígia. & Chahon, Vera L. (2001). Diferentes perspectivas na análise da interação pais-bebê/criança. Psicologia: Reflexão e Crítica, 14(3), p. 469-485.
- Richardson, Roberto J. (1999). Observação. In: _____. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas. Cap. 16, p. 259-264.
- Rotter, Julian B. (1967). Psicologia Clínica. Rio de Janeiro: Zahar.

Selltiz, Wrigtsman & Cook. (1987). Dados de observação e de arquivo. In: _____. Métodos de Pesquisas nas Relações Sociais. 2 ed. São Paulo: EPU. Cap. 11, p. 95-120.

Recebido em: 5/09/2004

Aceito em: 5/11/2004